

## Ressurge a Democracia? A influência da mídia no processo político brasileiro

Jéssica Maria Bertoli<sup>1</sup>

Luiz Antonio Staub Mafra<sup>2</sup>

**Resumo:** O objetivo deste trabalho é analisar os discursos institucionais do Grupo Globo e suas conexões com a dinâmica social e com os contextos políticos em dois períodos distintos. Para isso, por meio das contribuições da Análise do Discurso, com base em Fairclough, se realizou a análise de dois editoriais da emissora, um de apoio ao regime militar brasileiro (1964) e outro de retratação a esse apoio (2013). A primeira categoria de análise expôs a tentativa de aproximação da instituição com seu público, visando se legitimar como representante da opinião pública. A segunda categoria demonstrou que a instituição se amparou em questões históricas para justificar seu posicionamento. A terceira categoria de análise evidenciou os riscos de uma mídia hegemônica apresentar um discurso parcial e tendencioso. Notou-se o uso de estratégias discursivas semelhantes em contextos políticos atuais. Desse modo, reflete-se sobre a possibilidade de reincidência dos fatos, de forma que sem regulação efetiva do setor, há riscos de continuidade da interferência política de grandes conglomerados midiáticos nas instituições democráticas brasileiras.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Mídia; Política; Ditadura; Democracia

## Does Democracy Resurrect? The influence of the media in the Brazilian political process

**Abstract:** The objective of this work is to analyze Grupo Globo's institutional discourses and their connections with social dynamics and political contexts in two different periods. For this, through the contributions of Discourse Analysis, based on Fairclough, two editorials of the station were analyzed, one in support of the military regime (1964) and the other in retraction of this support (2013). The first category of analysis exposed the attempt to bring the institution closer to its public, aiming to legitimize itself as a representative of public opinion. The second category showed that the institution relied on historical issues to justify its position. The third category of analysis highlighted the risks of a hegemonic media presenting a partial and biased discourse. It was noted the use of similar discursive strategies in current political contexts. In this way, it reflects on the possibility of recurrence of the facts, so that without effective regulation of the sector, there are risks of continuity of political interference of large media conglomerates in Brazilian democratic institutions.

**Key-words:** Discourse analysis; Media; Politics; Dictatorship; Democracy

### Introdução

As relações que se estabelecem entre a grande mídia e os interesses da sociedade não são necessariamente complementares ou neutras, mas manifesta em seu interior um ambiente de disputas. Em períodos como o da ditadura militar, no qual as liberdades civis e de imprensa foram cerceadas,

---

<sup>1</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Gestão Pública e Sociedade da Universidade Federal de Alfenas, [jessicamariabertoli@gmail.com](mailto:jessicamariabertoli@gmail.com).

<sup>2</sup> Professor do Instituto de Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal de Alfenas, Universidade Federal de Alfenas, [luiz.mafra@unifal-mg.edu.br](mailto:luiz.mafra@unifal-mg.edu.br).

o posicionamento político pode implicar em punições e prejuízos. No Brasil, o período ditatorial empresarial foi marcado pela supressão e perseguição de vozes dissonantes, a censura e a violência proibiram qualquer discurso contrário ao governo e os jornais chamados de alternativos foram brutalmente repreendidos e impedidos de circular. Isso provocou uma recomposição no jogo político e também na estrutura do mercado dos meios de comunicação.

Uma pesquisa do Intervozes (2017), em um cenário recente, demonstrou que o Brasil possui o quadro mais grave de riscos ao pluralismo nos meios de comunicação, com cinco grandes grupos/famílias<sup>3</sup> que concentram mais da metade dos veículos de comunicação. O Grupo Globo alcançava uma audiência que ultrapassava as audiências somadas dos demais quatro grandes grupos, estando presente na TV aberta, TV fechada, internet, rádio, no mercado fonográfico e editorial. Tal fato demonstra que a ausência de pluralidade persiste, assumindo o risco de um monopólio midiático reforçar um discurso parcial e conveniente com os interesses que representa.

Os discursos da mídia, ao serem compreendidos como prática política e como prática ideológica, contribuem para estabelecer relações de poder, assim como constituem e naturalizam as significações do mundo nessas relações de poder (FAIRCLOUGH, 2001). Percebe-se que eles constroem novos significados e expressam interesses não explícitos, os quais demarcam disputas em torno da lógica do mercado e da conjuntura política. Dessa forma, entender os discursos midiáticos e suas implicações torna-se fundamental para desenvolver o pensamento crítico no consumo de informações, seja revisitando uma conjuntura vivenciada no passado como também seus encadeamentos no momento contemporâneo.

Sendo assim, este trabalho tem como objetivo analisar os discursos institucionais produzidos pelo Grupo Globo e suas influências na dinâmica social e política em dois períodos distintos. Para isso, analisou-se por meio das contribuições da Análise do Discurso, com base em Fairclough, dois editoriais publicados pelo Grupo Globo, sendo um de apoio à tomada de poder pelos militares no Brasil e outro de retratação por esse apoio dado à ditadura militar pela emissora. Busca-se assim refletir sobre interferência de grandes conglomerados de mídia nos processos políticos e a necessidade de regulação do setor midiático.

### **A construção de narrativas no campo midiático**

As corporações midiáticas, ao se posicionarem como representantes da opinião pública, procuram se legitimar como um quarto poder capaz de fiscalizar os poderes legítimos e canalizar as

---

<sup>3</sup> Grupo Globo, Grupo Bandeirantes, família Macedo (Grupo Record), Grupo RBS, Grupo Folha.

demandas da sociedade para as pautas políticas. No entanto, Serrano (2013) e Ramonet (2013) atestam que, na realidade, possuem um poder não legitimado pela sociedade, já que não foi escolhido pelo povo, não se submete a controles econômicos e é gerenciado por empresários de ramos diversos. Dessa forma, esse quarto poder, nos dias atuais, pertence ao poder político e econômico, não se caracterizando, portanto, como um contrapoder perante os demais (RAMONET, 2013).

A mídia, que antes era vista como um instrumento que poderia propiciar um diálogo entre a população e o governo, passou a ser um meio responsável por formar um senso comum dentro dos padrões dos detentores do poder (FRANCO, 2014). Segundo Moraes (2013), as organizações midiáticas têm entre as suas características principais a reprodução e conservação das hegemonias já constituídas, a capacidade de criar sentidos e fixar ideologias, como também de reunir interpretações para dar sustentação às suas conveniências. As narrativas imersas em construções ideológicas servem a interesses políticos, econômicos e culturais, visando moldar a opinião pública a seu favor (PERIN; TREVISOL; ALMEIDA, 2020).

Bourdieu (1997, p. 25) em “Sobre a televisão”, faz menção à metáfora dos óculos para explicar a dimensão das “estruturas invisíveis que organizam o percebido, determinando o que se vê e o que não se vê”. Segundo o autor, os jornalistas possuem “óculos especiais a partir dos quais veem certas coisas e não outras; e veem de certa maneira as coisas que veem. Eles operam uma seleção e uma construção do que é selecionado”. Desse modo, a mídia contribui na produção de sentidos e possui a capacidade de fazer prevalecer determinadas visões de mundo.

Assim, as corporações midiáticas ressignificam a realidade e encontram na construção de narrativas o seu modo de sobrevivência econômica num ambiente de disputas que envolvem atores e interesses dos mais diversos: concorrência por audiência, por fatias de mercado, por anunciantes, pela contratação de jornalistas, pelos direitos de imagem, pelas concessões públicas e pelas notícias. De modo geral, uma série de conflitos que se enquadram ao que Bourdieu consideraria como um campo<sup>4</sup>.

Considerando o termo, no campo midiático a construção de uma narrativa institucional corporativa alinhada a interesses políticos e econômicos passa a ser um dos ingredientes fundamentais, o que pode ser observado na trajetória das corporações e os resultados que as estratégias e o alinhamento à ditadura produziram. Além disso, devido a invisibilidade em relação aos

---

<sup>4</sup> Para Bourdieu (1997), um campo é um espaço social estruturado. Um campo de forças – há dominantes e dominados, há relações constantes, permanentes, de desigualdade, que se exercem no interior desse espaço – que é também um campo de lutas para transformar ou conservar esse campo de forças. Cada um, no interior desse universo, empenha em sua concorrência com os outros a força (relativa) que detém e que define sua posição no campo e, em consequência, suas estratégias.

bastidores das notícias, deve-se considerar também a seletividade quanto a escolha das pautas e conteúdos jornalísticos (BOURDIEU, 1997).

O grande poder das corporações midiáticas reside na imensa capacidade de influência que seu produto exerce sobre os consumidores, no caso, cidadãos que se baseiam na informação consumida para formar sua opinião sobre temas de interesse público. Como define Bourdieu (1997), a mídia atribui poder simbólico a agentes de outros campos, de modo que as táticas adotadas visam não só satisfazer seus interesses privados, mas também de uma elite política e econômica que sustenta seus privilégios por meio da narrativa construída e contada a sociedade. Por meio da escolha da linguagem, símbolos e imagens molda-se tanto a informação em si como seu modo de apresentação ao público.

As instituições interferem em como as pessoas se comportam e interagem em meio as regras formais e informais estabelecidas, influenciando o curso das atividades econômicas, culturais e sociais (CAVALCANTE, 2017). Desse modo, a mídia representa um ator organizacional simbólico e relevante para o processo de institucionalização, pois os discursos midiáticos participam da construção social de padrões institucionais vigentes e influenciam a legitimidade de determinadas práticas e acontecimentos (OLIVEIRA; SOBRINHO; FILHO, 2016).

Dialogando com o institucionalismo discursivo, apresentado como quarto ramo das teorias neoinstitucionalistas, coloca-se em pauta o papel do discurso na construção das ações políticas, de modo que entende-se a formação de preferências, estruturas, normas e ideias como produtos mutáveis e dinâmicos ao serem elaborados discursivamente (SILVA, 2011). Nesse contexto, as relações discursivas são influenciadas pelas regras institucionais estabelecidas, intervindo nos posicionamentos dos atores envolvidos, na cobertura dos discursos e sua repercussão (SILVA, 2011). As ideias construídas expressam como os atores percebem seus interesses e as alternativas plausíveis de atuação institucional no compasso de suas crenças e resultados esperados.

Nota-se que os papéis político, empresarial e institucional das organizações midiáticas se entrelaçam, buscando construir discursos que moldem a política governamental de maneira favorável para si e seus aliados. Quanto maior uma corporação, maior a capacidade de interferir nos processos políticos (COELHO; BARROS, 2021), o que se torna ainda mais grave quando se trata de um grande conglomerado que tem como produto a informação. No campo da mídia brasileira, para efeitos de recorte analítico, identificam-se algumas características bem demarcadas em sua análise histórico-social.

### **A vinculação entre mídia e política na ditadura militar e no impedimento de 2016**

No contexto brasileiro, a atuação da mídia tem forte conexão com o cenário político e com grupos empresariais, tanto que se ressalta a perspectiva sobre um golpe ditatorial-empresarial, ocorrido em 1964, devido as empresas que participaram do movimento visando benefícios (GRIJÓ, 2016). O partido União Democrática Nacional, oposição ao partido de Jango, possuía o apoio da família Mesquita (dona do jornal O Estado de São Paulo), Roberto Marinho (dono do jornal O Globo) e também Herbert Levy (dono do jornal Gazeta Mercantil), que se uniram em defesa da ideologia militar (ABREU, 2002).

As empresas apoiadoras do movimento moldavam seus produtos, no caso, a informação, aos interesses defendidos no período. Por meio da escolha das formas de apresentação das notícias construíram-se narrativas que contribuíram para inflamar uma “euforia anticomunista no país” (CAZARIN; MENEZES, 2014, p. 115). Além disso, com o apoio dos Estados Unidos, entidades como o Instituto de Estudo e Pesquisas Sociais (IPES) e o Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) foram financiadas, atuando na promoção de uma campanha contra Jango, apoiados pela classe média, empresários e fazendeiros:

Para se ter uma ideia, a Folha de São Paulo, O Estado de São Paulo, a Globo, a Record, o Jornal do Brasil e o Correio do Povo são só alguns exemplos de organizações midiáticas que operavam dentro de uma corrente ideológica, articulada com a imprensa norte-americana, a fim de moldar a opinião pública na defesa dos interesses da elite nacional e do capital estrangeiro. Palestras, filmes e peças teatrais foram algumas das técnicas de divulgação e propaganda utilizadas pelo complexo IPES/IBAD para estimular a sociedade a compartilhar da sua posição ideológica (CAZARIN; MENEZES, 2014, p. 115).

Os militares se utilizaram dos meios de comunicação como estratégia para manter a unidade do discurso oficial, combater o ideário comunista e a contestação da ordem vigente (CARVALHO, 2014). Para isso, foram criados o Departamento Nacional de Telecomunicações (DENTEL) e o Conselho Nacional de Telecomunicações (CONTEL), para supervisionar e censurar o conteúdo das programações das emissoras (JAMBEIRO, 2001). Também foi criada a Assessoria Especial de Relações Públicas (AERP), responsável pela publicidade do governo militar, em 1968 (MAGNOLO; PEREIRA, 2016). Nesse mesmo ano, o controle sobre os assuntos de natureza política foi imposto de forma rígida com a promulgação do Ato Institucional nº 5, no qual consta que o Estado de sítio autoriza a “censura de correspondência, da imprensa, das telecomunicações e diversões públicas” (BRASIL, 1968).

Para Grijó (2016, p. 75):

[...] na medida em que foi se instalando depois do golpe de 31 de março, e, em especial, com a legislação e os Atos Institucionais, passou a controlar os meios de comunicação quanto às concessões de canais e aos conteúdos que podiam ou não ser veiculados. Também forçou a dissolução de empresas de comunicação identificadas com o antigo PTB ou que fizessem

oposição explícita a ele, sendo a maior vítima o grupo empresarial de Samuel Weiner, Última Hora. Por atos de força, como exílios de jornalistas e opositores em geral, por estrangulamento econômico, ou pela adesão prévia e mesmo auxílio direto na derrubada do presidente João Goulart, o regime foi garantindo uma imprensa bastante dócil no que se refere a críticas e divulgação de informações.

Nesse contexto, os meios de comunicação que resistiam ao golpe foram fechados e censurados, enquanto aqueles que apoiavam o regime foram beneficiados com capital estrangeiro, o que contribuiu para concentração de concessões e audiências (SODRÉ, 1999). O fortalecimento e faturamento dos meios de comunicação, nesse período, se deram à custos de sua despolitização, de modo que as emissoras que sobreviveram deviam sua existência à cooperação com o regime e à perda total de autonomia (GRIJÓ, 2016).

Assim, a própria admissibilidade da existência oficial da emissora corresponde à sua colaboração com o regime dominante, pois, como os militares passaram a controlar as concessões dos meios de comunicação, é de se esperar um alinhamento da imprensa com os desdobramentos do golpe para a manutenção política do status quo. Essa capacidade de cooperação política com os militares contribuiu para o domínio do Grupo Globo no cenário brasileiro, visto que, durante o período, recebeu apoio para se expandir por todo território nacional e para produzir programas que atraíam grandes audiências e, conseqüentemente, grandes anunciantes (JAMBEIRO, 2001).

No cenário recente, embora seja evidente a popularização da Internet, a grande mídia ainda exerce forte influência em pautar discussões, as conduzindo inclusive por meios virtuais. Tal situação expressou-se no contexto do impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, no qual a construção de narrativas e as abordagens e destaques dados aos eventos foram cruciais no desenrolar do processo político. Fernandes (2019) aponta que as grandes empresas privadas de comunicação contribuíram na criação de um ambiente “Fora PT” que culminou no processo de impeachment da ex-presidenta, utilizando-se de técnicas de manipulação e análises enviesadas. Para o autor, as manifestações entre os dias 13 e 18 de março de 2016 foram apresentadas pelo Grupo Globo de modo a manipular os sentidos, construindo visões que descaracterizavam e deslegitimavam as reivindicações dos grupos manifestantes.

Os discursos políticos têm sido integrados às estratégias de entretenimento, o que se percebe pela escolha da data de votação do processo de impeachment e as falas produzidas durante o pleito, de forma a gerar um show televisivo ao vivo de domingo, conquistando grande audiência (GOBBO, 2016). Em contrapartida, a defesa de Dilma Rousseff não foi transmitida ao vivo e a data escolhida foi uma segunda-feira, dia de pouca audiência se comparado aos domingos (GOBBO, 2016). Tais

escolhas de transmissão e apresentação dos eventos influenciam na percepção e na opinião formada pelo público.

Santana (2020), ao analisar as estratégias discursivas midiáticas utilizadas no cenário que engloba o período de impeachment da ex-presidenta Dilma à eleição do presidente Jair Bolsonaro, evidenciou que as narrativas construídas não eram contextualizadas historicamente, criavam estereótipos, assumiam denúncias como constatações e construíam um show televisivo ao publicizar os fatos ocorridos. Desse modo, a autora demonstrou que foram várias as estratégias midiáticas utilizadas durante o período, como técnicas de enquadramento, silenciamento, construção de referentes e criação de repertórios que contribuiriam para legitimar os acontecimentos.

Nota-se que grandes conglomerados de mídia aliados às forças políticas, a partir de suas posições de privilégio nos jogos de poder, constroem discursos capazes de criar consensos e dissensos que se disseminam na sociedade. O poder do Estado e das alianças pessoais e empresariais na política é um legado histórico que prevalece no cenário brasileiro, assim como conflitos entre visões autoritárias e liberais e a supressão de discursos progressistas (BAQUERO; RANINCHESKI; DE CASTRO, 2018).

Para estabelecer um controle social sobre o que as empresas midiáticas decidem sobre o que é dito e como é dito, há debates sobre a regulação do conteúdo disseminado, o que, muitas vezes, é visto como censura pelas organizações (MAURICIO, 2015). Já as discussões acerca da regulação econômica da mídia estão relacionadas ao impedimento da existência de propriedade cruzada e a formação de grandes conglomerados (MAURICIO, 2015). Este último, ao promover a existência de maior pluralidade no setor midiático, permitiria também a redução da capacidade de influência dos conteúdos criados e discursos construídos pelos grupos hegemônicos, proporcionando a heterogeneidade no ambiente informacional.

Em relação as legislações existentes para regulação midiática, Mauricio (2015, p. 141) ressalta que “no Brasil, o que se vê é um emaranhado de leis, regras e agências que não dão conta do todo e deixam muita coisa de fora”. Nesse contexto, mesmo após o processo de redemocratização do país e da inclusão de artigos na Constituição de 1988<sup>5</sup>, buscando garantir pluralidade e evitar a concentração do mercado de comunicação no Brasil, as organizações ainda mantêm estruturas oligopolizadas. Westrup e Melo (2014) compreendem que, para o fortalecimento da construção e aprovação de

---

<sup>5</sup>

A Constituição de 1988, no seu capítulo V, instituiu 5 artigos referentes a comunicação, entre eles: a) vedação à censura; b) a proibição de formação de monopólio ou oligopólio; c) outorgas, concessões, permissões e autorizações competem ao Poder Executivo; d) o Congresso Nacional realizará deliberação sobre outorgas e renovações, e) o prazo de concessão será de dez anos para rádio e quinze para TV (BRASIL, 1988).

regulações no setor midiático brasileiro, torna-se fundamental a mobilização popular em prol da democratização da mídia e a disposição do governo para enfrentamento político das grandes corporações. Este enfrentamento passa, não somente pela aplicação do regramento jurídico, mas também pela equalização das forças no campo midiático, das pautas jornalísticas e da influência sobre a opinião pública.

### **Editorial como *corpus* de análise: a narrativa institucional**

A narrativa institucional pode contribuir com uma melhor compreensão do engajamento político das corporações midiáticas, visto que os editoriais expressam a opinião oficial da instituição diante dos fatos de maior repercussão. Dessa forma, foi realizada uma pesquisa de natureza qualitativa, na qual se utilizou a Análise do Discurso, com base em Fairclough, para analisar dois editoriais publicados pelo Grupo Globo, ambos retirados do portal eletrônico da emissora.

O primeiro editorial analisado, identificado no trabalho como Editorial 1, é o chamado “Ressurge a Democracia!”. Foi publicado na primeira página do jornal O Globo, na edição de 2 de abril de 1964, escolhido por ser a primeira edição após o golpe militar, no qual a emissora apoiava a intitulada “revolução”.

Passados quase cinquenta anos, em 31 de agosto de 2013, aproveitando a ocasião fomentada pelas manifestações de julho, na qual a emissora foi acusada pelos manifestantes de apoio a ditadura, a mesma publicou no portal Memórias, no tópico “Erros e acusações falsas”, um texto intitulado “Apoio ao golpe de 64 foi um erro” se retratando do apoio editorial dado à ditadura militar, sendo esse o segundo texto analisado, identificado no trabalho como Editorial 2.

### **Concepção tridimensional do discurso**

Define-se discurso como o uso da linguagem como prática social, o que implica numa ação, uma forma de agir sobre o mundo e sobre os indivíduos, sendo moldado pela estrutura social, como classes, instituições, normas e convenções (FAIRCLOUGH, 2001). A mídia, por meio da construção de discursos, tem a capacidade de atuar sobre seu público, influenciando e ressignificando a realidade. Desse modo, neste trabalho, a análise discursiva realizada se baseou na concepção tridimensional do discurso, segundo Fairclough (2001), considerando a integração entre o texto, a prática discursiva e a prática social.

O texto pode ser analisado por meio do vocabulário, as palavras escolhidas; a gramática, as palavras combinadas nas orações; a coesão, ligação entre as orações; e a estrutura textual, organização do texto (FAIRCLOUGH, 2001). A prática discursiva, de acordo com o autor, envolve a produção,

distribuição e o consumo textual e sua natureza varia de acordo com os tipos de discursos e fatores sociais. Já o discurso como prática social possui relação com os conceitos de ideologia e hegemonia.

Para o autor, ideologia são significações da realidade construídas em várias formas e sentidos das práticas discursivas e que contribuem para a produção e transformações das relações de dominação. Já o conceito de hegemonia é a liderança nos domínios econômico, político, ideológico e cultural, o poder de uma das classes sobre a sociedade como um todo e a construção de alianças para a manutenção do poder. Dessa forma, analisar a prática social na qual pertence o discurso, em meio às relações de poder, é analisar a própria prática discursiva como forma de reprodução ou afronta aos discursos existentes (FAIRCLOUGH, 2001).

Assim, se apropriando da concepção tridimensional do discurso de Fairclough (2001), os elementos norteadores para a análise dos editoriais em questão, se encontram especificados no Quadro 1:

#### Quadro 1- Elementos de análise

|   |
|---|
| <b>Práticas Textuais</b>  |
| <ul style="list-style-type: none"><li>• Vocabulário: palavras individuais que podem ser escolhidas para enfatizar.</li><li>• Relações e oposições semânticas: relações de sentido estabelecidas no texto, assim como relações de contrariedade.</li><li>• Estrutura textual: propriedades organizacionais do texto, destaques de determinadas palavras ou expressões.</li></ul> |
| <b>Práticas Discursivas</b>   |

- Enunciação: preenche o enunciado de pessoas, tempos e espaços.
  - Actorialização: quem diz.
  - Espacialização: espaço no qual é dito.
  - Temporalização: quando é dito.
- Estratégias de argumentação: procedimentos linguísticos lógicos para convencer.
- Intertextualidade: relação com outros textos.

### **Práticas Sociais**

- Identidades sociais e relações de poder estabelecidas nos discursos.
- Ponto de vista defendido de acordo com a posição do enunciador.
- Argumentos de legitimação dos discursos.
- As relações entre os discursos e o contexto social, político e econômico.

Fonte: Elaborado pelos autores, com base em Fairclough (2001).

Considerando a integração entre esses elementos, três categorias de análises foram criadas. A primeira categoria evidencia a emissora como porta-voz da nação e a tentativa de aproximação do texto com o leitor. A segunda categoria mostra a justificativa da emissora na construção de uma narrativa que recorre a questões históricas para defender seu posicionamento. A terceira categoria procura analisar como a emissora desqualifica o discurso contrário e demonstra os riscos da predominância de um meio de comunicação se tornar porta voz de apenas um lado na disputa política. Todas as categorias de análise se encontram interligadas e se complementam.

### **A emissora como “porta-voz” da nação**

Em 2 de abril de 1964, um dia após o golpe militar, o jornal O Globo celebrou o ressurgimento da democracia no Brasil. O uso da palavra “ressurge” no título do Editorial 1 faz inferir que no momento anterior não havia democracia, que só reaparece no cenário brasileiro com a ascensão dos militares. O editorial se inicia com um tom eufórico, como se a mudança no poder, mesmo ainda sem um projeto claro e consistente, já bastasse para alimentar a esperança de mudanças positivas, como se nota no trecho abaixo:

“Ressurge a Democracia!

Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições (Editorial 1)”.

Se exalta um “dia glorioso” e o “heroísmo” das Forças Armadas, com uma atribuição positiva a ação dos militares e uma atribuição negativa aos governantes anteriores como destruidores da hierarquia e disciplina, que arrastava o Brasil para rumos contrários à sua “vocação” e “tradição”, se referindo a rumos comunistas. Como diz Magnolo e Pereira (2016), o texto caracteriza a nação como vítima indefesa que precisa ser salva, no meio de heróis e vilões. Tal estratégia também foi evidenciada no cenário recente da Lava-Jato, no qual se construiu de forma espetaculosa os agentes da ação como em um filme investigativo (SANTANA, 2020).

Ainda no trecho acima, há a manifestação de um sentimento de unidade com uso do termo “nação” e união de “todos os patriotas”, afastando todas as diferenciações e divergências políticas, colocando o país unido por um mesmo objetivo. No entanto, ao dizer que se unem os patriotas a favor da intitulada revolução, os demais cidadãos, contra a tomada de poder pelos militares, são excluídos, tidos como não patriotas e sem direito a voz nessa democracia, ocorrendo uma segregação entre polos.

Para ilustrar o posicionamento da instituição, no Editorial 2 há intertextualidade com um editorial de Roberto Marinho, publicado em 1984:

“No ano em que o movimento dos militares completou duas décadas, em 1984, Roberto Marinho publicou editorial assinado na primeira página [...] Nele, ressaltava a atitude de Geisel, em 13 de outubro de 1978, que extinguiu todos os atos institucionais, o principal deles o AI-5 [...] Nas palavras dele: ‘Temos permanecido fiéis aos seus objetivos [da revolução], embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir a autoria do processo revolucionário [...]’ por exigência inelutável do povo brasileiro’. Sem povo, não haveria revolução, mas apenas um ‘pronunciamento’ ou ‘golpe’, com o qual não estaríamos solidários’ (Editorial 2)”.

Com a exposição das ideias de Marinho, tenta-se amenizar o apoio dado ao regime, pois seu discurso ressalta que em “várias oportunidades” houveram conflitos entre a instituição e os militares, porém ele legitima e justifica sua solidariedade com o regime devido a “exigência inelutável” do “povo brasileiro”. Percebe-se que ainda em 1984, a posição do jornal era de que a intervenção foi um “processo revolucionário”.

No entanto, em 2013, a emissora ressalta que o apoio ao regime é definido como uma lembrança que causa um incômodo permanente:

“Diante de qualquer reportagem ou editorial que lhes desagrade, é frequente que aqueles que se sintam contrariados lembrem que O GLOBO apoiou editorialmente o golpe militar de 1964. A lembrança é sempre um incômodo para o jornal, mas não há como refutá-la. É História. O GLOBO, de fato, à época, concordou com a intervenção dos militares, ao lado de outros grandes jornais, como ‘O Estado de S.Paulo’, ‘Folha de S. Paulo’, ‘Jornal do Brasil’ e o ‘Correio da Manhã’, para citar apenas alguns. Fez o mesmo parcela importante da população, um apoio expresso em manifestações e passeatas organizadas em Rio, São Paulo e outras capitais (Editorial 2)”.

Ao utilizar o termo “ao lado de outros grandes jornais”, assim como “para citar apenas alguns”, a instituição compara sua atuação com a de outras empresas midiáticas, demonstrando que não foi uma exclusividade do jornal O Globo, já que outros jornais também apoiaram a intervenção militar, assim como “parcela importante da população”. Com isso a emissora tenta minimizar seu papel na promoção do regime como também justificar seu posicionamento em apoio ao povo.

O Editorial 1 é escrito na primeira pessoa do plural e utiliza expressões como “poderemos”, “nossos problemas”, “devemos”, buscando uma relação de aproximação com o leitor, como se evidencia nos trechos abaixo:

“Poderemos, desde hoje, encarar o futuro confiantemente, certos, enfim, de que todos os nossos problemas terão soluções [...] Salvos da comunização que celeremente se preparava, os brasileiros devem agradecer aos bravos militares, que os protegeram de seus inimigos. Devemos felicitar-nos porque as Forças Armadas, fiéis ao dispositivo constitucional que as obriga a defender a Pátria e a garantir os poderes constitucionais, a lei e a ordem, não confundiram a sua relevante missão com a servil obediência ao Chefe de apenas um daqueles poderes, o Executivo (Editorial 1)”.

Este não foi um movimento partidário [...] Mas, por isto que nacional, na mais ampla acepção da palavra, o movimento vitorioso não pertence a ninguém. É da Pátria, do Povo e do Regime. (Editorial 1)”.

Há a tentativa de se dar conforto ao leitor, já que com os militares no poder, todos os problemas seriam resolvidos e os brasileiros deveriam se sentir agradecidos por esse “salvamento”. Há o uso do termo “inimigos” como aqueles favoráveis ao ideário comunista. Infere-se que a defesa da pátria, da ordem e da lei é mais importante do que somente a obediência ao Chefe do Executivo, de modo que foi necessário desobedecê-lo e destituí-lo para garantir a defesa da nação, apresentando uma justificativa para o ato realizado pelos militares. O sentimento de união é sempre exaltado para dizer que os militares agiram para atender os anseios do povo se caracterizando como um movimento da “Pátria, do Povo e do Regime”.

De forma semelhante, no cenário recente, em 2016, Fernandes (2019) evidenciou que nas manchetes, os atos contra Dilma e o PT demonstravam o país unido contra a corrupção, ressaltando a vontade e união do povo brasileiro em prol desta causa. Enquanto, por outro lado, as manifestações

pró-Dilma e PT eram apresentadas como compostas apenas por militantes do partido, de forma a descaracterizar e deslegitimar as reivindicações de determinados grupos (FERNANDES, 2019).

### O contexto como justificativa

No Editorial 1 há a citação da Constituição para legitimar o discurso defensor da tomada de poder pelos militares. Em letra maiúscula há o destaque da expressão “e dentro dos limites da lei”, ressaltando uma brecha para uma situação na qual os militares poderiam sair da autoridade do Presidente, ou seja, caso a lei não estivesse sendo cumprida, como os trechos abaixo exemplificam:

“As Forças Armadas, diz o Art. 176 da Carta Magna, ‘são instituições permanentes, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade do Presidente da República E DENTRO DOS LIMITES DA LEI’ (Editorial 1)”.

“No momento em que o Sr. João Goulart ignorou a hierarquia e desprezou a disciplina de um dos ramos das Forças Armadas, a Marinha de Guerra, saiu dos limites da lei, perdendo, conseqüentemente, o direito a ser considerado como um símbolo da legalidade, assim como as condições indispensáveis à Chefia da Nação e ao Comando das corporações militares (Editorial 1)”.

O segundo trecho se relaciona com a Revolta dos Marinheiros ocorrida em 1964, na qual reivindicavam melhores condições para os militares e também pediam apoio às reformas políticas de base propostas pelo presidente João Goulart. Durante a revolta, o Ministro da Marinha, Sílvio Mota, deu ordem de prisão aos líderes do movimento, enviando fuzileiros navais, que, no entanto, se juntaram aos marinheiros. Jango exonerou Mota, proibiu invasões à assembleia dos marinheiros e negociou um acordo com eles. Os militares prenderam os líderes do movimento por motim, porém, Jango os anistiou horas depois, criando constrangimento entre os militares diante da imprensa e da população, acirrando os ânimos entre eles.

Esse contexto político vivenciado na época é descrito também no Editorial 2 para justificar o apoio dado a intervenção militar. O partido UDN, oposição do PTB, partido de Jango, apoiou os militares e recebeu apoio de Roberto Marinho, assim como a emissora Globo recebeu apoio de capital norte-americano. Nota-se uma aliança entre UDN, Globo e Estados Unidos em uma campanha favorável aos militares e de oposição ao PTB e ao comunismo. Os trechos abaixo expressam a oposição entre leste x oeste, capitalismo x comunismo, UDN x PTB, esquerda x direita, colocando a existência dessas ideologias contraditórias e dualistas como uma fonte “permanente” de tensões:

“A divisão ideológica do mundo na Guerra Fria, entre Leste e Oeste, comunistas e capitalistas, se reproduzia, em maior ou menor medida, em cada país (Editorial 2)”.

Daí o resultado de uma combinação ideológica contraditória e fonte permanente de tensões: o presidente da UDN e o vice do PTB. A renúncia de Jânio acendeu o rastilho da crise institucional (Editorial 2)".

"A situação política da época se radicalizou, principalmente quando Jango e os militares mais próximos a ele ameaçavam atropelar Congresso e Justiça para fazer reformas de 'base' 'na lei ou na marra'. Os quartéis ficaram intoxicados com a luta política, à esquerda e à direita (Editorial 2)".

A renúncia de Jânio "acendeu o rastilho", ou seja, serviu de motivo para fomentar a crise e a ideia de posição "radical" de Jango é reforçada. O uso do termo "ameaçavam" expressa uma ideia de temor às ações que poderiam passar por cima da justiça e da lei, sendo feitas "na marra". Em um trecho seguinte, há também uma oposição semântica entre o termo "golpe" e "revolução":

"Naquele contexto, o golpe, chamado de 'Revolução', termo adotado pelo GLOBO durante muito tempo, era visto pelo jornal como a única alternativa para manter no Brasil uma democracia[...]. Na justificativa das Forças Armadas para a sua intervenção, ultrapassado o perigo de um golpe à esquerda, o poder voltaria aos civis (Editorial 2)".

A própria emissora ressalta que havia uma exaltação à revolução, justificada como "única" alternativa para se manter a democracia, como uma promessa de afastar o então intitulado "golpe à esquerda", de modo que no Editorial 1, o entendimento de golpe seriam as ameaças de avanços comunistas, enquanto revolução seria a intervenção militar. No Editorial 2, o termo revolução se encontra destacado entre aspas, para enfatizar a expressão utilizada durante a ditadura, que atualmente, é entendida como golpe pela emissora. Ao chamar de golpe e não mais de revolução, a emissora não mais legitima a intervenção dos militares no contexto político.

Dessa forma, a história, destacada com letra inicial maiúscula é colocada como um "poderoso instrumento" para se aprender com os erros:

"A História não é apenas uma descrição de fatos, que se sucedem uns aos outros. Ela é o mais poderoso instrumento de que o homem dispõe para seguir com segurança rumo ao futuro: aprende-se com os erros cometidos e se enriquece ao reconhecê-los (Editorial 2)".

A emissora assume como digna e louvável sua atitude de retratação. No entanto, apesar de ser um reconhecimento necessário, não é possível mudar a história e nem sua influência no processo político do país ao longo dos anos. Há de se considerar também as conveniências perseguidas diante das mudanças de posicionamento institucional dos meios de comunicação, já que se associam à política na busca de preservar seus interesses privados como também de seus grupos aliados. Nos dias atuais, há também a discussão sobre impeachment ou golpe, de modo que a escolha dos termos depende da posição social e política do locutor.

## A superioridade de um discurso

Nota-se a posição do jornal em defesa do seu discurso tido como superior em relação aos outros, já que em um trecho do Editorial 1, aqueles que se demonstraram contrários a intervenção militar, são tidos como mentirosos e não devem ser ouvidos pelas massas trabalhadoras:

“Se os banidos, para intrigarem os brasileiros com seus líderes e com os chefes militares, afirmarem o contrário, estarão mentindo, estarão, como sempre, procurando engodar as massas trabalhadoras, que não lhes devem dar ouvidos. Confiamos em que o Congresso votará, rapidamente, as medidas reclamadas para que se inicie no Brasil uma época de justiça e harmonia social. Mais uma vez, o povo brasileiro foi socorrido pela Providência Divina, que lhe permitiu superar a grave crise, sem maiores sofrimentos e luto. Sejamos dignos de tão grande favor (Editorial 1)”.

Há o uso da palavra “banidos” para caracterizar aqueles contrários ao regime, que “como sempre”, teriam supostamente a ação de mentir para atrair e enganar. É dado um aviso para que a população não dê ouvidos a nada ou ninguém que contrarie o regime estabelecido, tido como correto e melhor. Se faz uso da primeira pessoa do plural, “confiamos”, para expressar o compartilhamento de crença na melhora do país, assim como o termo “sejamos” convoca o povo a ser digno ao favor realizado pelos militares. O povo brasileiro foi “socorrido” pela providência divina, como se estivesse em situação emergencial e os “militares” enviados por Deus para realizar este socorro, construindo um discurso em tom conservador e cristão.

Além disso, no Editorial 1 se ressalta a maior conscientização política dos grupos que apoiaram os militares:

“Dele participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira, pois a ninguém escapava o significado das manobras presidenciais [...] Era a sorte da democracia no Brasil que estava em jogo. (Editorial 1)”.

Ao dizer que “participaram todos os setores conscientes da vida política brasileira”, desconsideram as reivindicações dos setores contrários ao movimento, colocando-os como não conscientes, como se houvessem apenas dois lados envolvidos. Ao fazer essa divisão estimulam o dualismo político descartando a possibilidade de compreensão da democracia como espaço para a diversidade de pensamentos e correntes. A utilização do termo “sorte” da democracia faz referência a combinação de circunstâncias favoráveis ao acontecimento da intervenção militar para restaurá-la. De acordo com Albuquerque (2000), ao se assumir a democracia como algo instável e volátil, um movimento pode ser caracterizado como democrático por convergir com os interesses dos agentes envolvidos, ou seja, por ir ao encontro dos interesses defendidos pelo enunciador e pelo seu próprio entendimento de bem comum.

Já no Editorial 2, democracia é definida como um “valor absoluto”, tendo validade por si só, não dependendo de outras circunstâncias para ser salva:

“Os homens e as instituições que viveram 1964 são, há muito, História, e devem ser entendidos nessa perspectiva. O GLOBO não tem dúvidas de que o apoio a 1964 pareceu aos que dirigiam o jornal e viveram aquele momento a atitude certa, visando ao bem do país. À luz da História, contudo, não há por que não reconhecer, hoje, explicitamente, que o apoio foi um erro, assim como equivocadas foram outras decisões editoriais do período que decorreram desse desacerto original. A democracia é um valor absoluto. E, quando em risco, ela só pode ser salva por si mesma (Editorial 2)”.

Este trecho também justifica que os tempos eram outros, os homens e as instituições eram outras, a expressão “há muito” dá sentido de muito tempo passado, como se os acontecimentos estivessem muito distantes. Na época, o apoio foi visto como “atitude certa” visando o bem da nação, porém há o reconhecimento explícito de que “hoje” a história mudou e o apoio aos militares foi um “desacerto original”. Retomando o pensamento de Bourdieu (1997), um jornalista ou mesmo uma instituição midiática terá sempre uma opinião relacionada a posição que ele ocupa, representando interesses que lhes são convenientes naquele momento. Se o momento muda, mudam também suas opiniões, para se adequar às conveniências de seus novos interesses.

### **Considerações finais**

Por meio das análises dos editoriais, percebeu-se que o Editorial 1 é escrito em tom efusivo buscando causar comoção e se aproximar do leitor, com utilização de verbos na primeira pessoa do plural e um excesso de adjetivações que não demonstram o fato e suas consequências, mas o simbolismo desse ato na preservação da lei e da ordem. É construída uma história na qual os militares são os heróis destinados a salvar a nação indefesa e horrorizada com os avanços comunistas no país. A revolução é exaltada como restauradora da democracia em um contexto de total perda de legalidade e confiança no Poder Executivo. Dessa forma, a nação se junta para glorificar um salvamento divino trazido pelos militares e o jornal assume uma postura de atendimento ao clamor do povo. Aqueles contrários a tomada de poder pelos militares são excluídos e sem direito a voz.

No Editorial 2, percebeu-se que os argumentos do Editorial 1 são remontados, se descrevendo o contexto histórico vivenciado na época para justificar a posição da emissora, que é colocada como inevitável diante dos fatos que ocorriam. Não há sinal de arrependimento, se evidencia que foi necessário um golpe de direita para evitar um golpe de esquerda, mesmo que custasse a democracia. No entanto, essa percepção de democracia pode variar de acordo com os interesses dos atores envolvidos. Na época atual, a emissora consegue entender seu erro e coloca esse reconhecimento como uma virtude, não fazendo sentido questionar O Globo de hoje, pelo que foi escrito pelos jornalistas e pelo O Globo do passado. A emissora admite que errou, mas não sozinha, cita outros jornais que também o fizeram e mantém seu discurso de representante da opinião pública.

Como nota-se pelas análises dos editoriais, o contexto histórico é sempre colocado como justificativa para o ponto de vista adotado no momento. No entanto, é importante levar em consideração a posição do enunciador diante desse contexto, já que um mesmo fato pode ser observado de perspectivas diversas e as interpretações da realidade produzidas pelas organizações midiáticas se constituem por meio de visões particulares e interessadas.

Revisitar os editoriais permitiu uma melhor compreensão das estratégias discursivas empregadas no passado, de forma a contribuir para sua identificação nos discursos propagados no cenário contemporâneo, já que os discursos, especialmente os difundidos pelas corporações midiáticas, tem o grande potencial de conservar e até mesmo transformar as estruturas políticas e sociais existentes. Desse modo, com base nas análises de Gobbo (2016), Fernandes (2019) e Santana (2020), percebeu-se o uso de estratégias discursivas semelhantes em contextos políticos atuais, pois assim como a mídia teve forte papel na consolidação da ditadura militar, também influenciou significativamente a legitimação do processo de impeachment em 2016.

De acordo com institucionalismo discursivo, ao entender as preferências, normas e ideias políticas como objetos mutáveis, por meio da elaboração discursiva as interpretações sobre a realidade são ressignificadas. Por isso, ao se estudar as formas como as corporações atuam politicamente, especialmente as que possuem como produto final a informação, deve-se atentar para que os benefícios adquiridos por elas não se materializem em práticas prejudiciais à sociedade como um todo, pois diante da problemática da concentração midiática no cenário brasileiro, o interesse do âmbito privado poderá continuar dominando os discursos sobre causas de interesse público.

Tal questão ressalta a importância da necessidade do cumprimento do papel do **Estado** na regulação para impedir a formação de monopólios midiáticos e impor limites a propriedade cruzada, fazendo-se cumprir a Constituição Federal e minimizando a fragilidade das instituições democráticas que podem sofrer suas influências. A existência de meio de comunicação plurais e coletivos, ao permitir a coexistência de variados pontos de vistas, torna-se fundamental para a manutenção da democracia brasileira.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira A. **A modernização da imprensa (1970-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ALBUQUERQUE, Afonso de. Um outro "Quarto Poder": imprensa e compromisso político no Brasil. **Revista Contracampo**, nº 04, p. 23-57, 2000.

BAQUERO, Marcello; RANINCHESKI, Sonia; DE CASTRO, Henrique C. O. A formação política do Brasil e o processo de democracia inercial. **Revista Debates**, v. 12, nº 1, p. 87-106, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a Televisão - A influência do jornalismo e os jogos olímpicos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BRASIL. Ato Institucional nº 5, de 13 de dezembro de 1968. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1968. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ait/ait-05-68.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ait/ait-05-68.htm). Acesso em: 6 fev. 2021.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 6 fev. 2021.

CARVALHO, Lucas B. A censura política à imprensa na ditadura militar: fundamentos e controvérsias. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, v. 59, nº 1, p. 79-100, 2014.

CAVALCANTE, Carolina M. Papel do capital social e das instituições no desenvolvimento econômico. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 3, n. 1, p. 85-101, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.18616/rdsd.v3i1.3558>. Acesso em: 20 mai. 2022.

CAZARIN, Ercília A.; MENEZES, Eduardo S. A mídia e o golpe de 1964: revista O Cruzeiro como aliada do discurso das forças militares. **Conexão Letras**, v. 9, p. 111-122, 2014.

COELHO, Caio C.; BARROS, Amon. Padrinhos e caciques: o lado sombrio da atividade política corporativa na captura do Estado. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 20, nº 1, p. 15-42, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2021001>. Acesso em: 26 fev. 2022.

FAIRCLOUGH, Norman. **Discurso e mudança social**. Brasília: UnB, 2001.

FERNANDES, Roberto M. S. O Grupo Globo e as suas narrativas para o golpe: relações entre práticas de classe, cena política e os protestos de março de 2016. **Almanaque de Ciência Política**, v. 3, nº 2, p. 01-25, 2019.

FRANCO, Maria Eugênia S. Os meios de comunicação em massa e o sistema jurídico: a mídia como um instrumento de controle social. **Revista da Faculdade de Direito-UFU**, v. 42, nº 2, p. 268-291, 2014.

GOBBO, Bianchi A. Para desterritorializar aparelhos ideológicos de Estado. In: GOBBO, Bianchi A.; PIMENTEL FILHO, José E.; DE PAULA GONÇALVES, Max A. (Org.). **O Poder da Mídia no Brasil – (re)editando outras verdades**, 1ª Ed, Rio de Janeiro: Lamparina, 2016, p. 11-28.

GRIJÓ, Luiz A. A democracia sequestrada: mídia e poder no Brasil atual. **Anos 90**, v. 23, nº 43, p. 67-92, 2016.

GRUPO GLOBO. **Apoio ao golpe de 64 foi um erro**, 2013. Disponível em: <http://memoria.oglobo.globo.com/erros-e-acusacoes-falsas/apoio-ao-golpe-de-64-foi-um-erro-12695226>. Acesso em: 20 jan. 2022.

INTERVOZES. **Media Ownership Monitor Brasil**. 2017. Disponível em: <https://brazil.mom-rsf.org/br>. Acesso em: 05 jan. 2022.

JAMBEIRO, Othon. **A TV no Brasil do século XX**. Salvador: Edufba, 2001.

MAGNOLO, Talita S.; PEREIRA, Aline A. O papel desempenhado pelo jornal O Globo ao golpe de 64. **XXI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sudeste**, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/sudeste2016/resumos/R53-0160-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2022.

MAURICIO, Patrícia. Regulação do audiovisual no Brasil: tudo outra vez de novo. **Eptic Online: Revista Eletrônica Internacional de Economia Política da Informação, da Comunicação e da Cultura**, v. 17, nº 2, p. 137-152, 2015. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/137>. Acesso em: 24 abr. 2022.

MORAES, Dênis de. Sistema midiático, mercantilização cultural e poder mundial. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 19-52.

OLIVEIRA, Samir A.; SOBRINHO, Renata M. F.; FILHO, Edson R. G. Análise do discurso no institucionalismo organizacional: possibilidades a partir do discurso midiático. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa**, v. 14, nº 1, p. 45-58, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.21529/RECADM.2015005>. Acesso em: 24 abr. 2022.

PERIN, Caroline; TREVISOL, Marcio G.; ALMEIDA, Maria P. Comunicação e Política: análise discursiva das narrativas construídas na eleição presidencial de 2018 no Brasil. **Ação Midiática – Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**, nº 19, p. 189-211, 2020.

RAMONET, Ignacio. Meios de comunicação: um poder a serviço de interesses privados. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 53-70.

SANTANA, Eliara. **Jornal Nacional, um ator político em cena - Do impeachment de Dilma Rousseff à eleição de Jair Bolsonaro: as bases da construção da narrativa jornalística que legitimou processos políticos na recente história brasileira**. 2020. Tese (Doutorado em Linguística e Língua Portuguesa) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2020. Disponível em: [http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras\\_EliaraSantanaFerreira\\_8685.pdf](http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Letras_EliaraSantanaFerreira_8685.pdf). Acesso em: 20 jan. 2022.

SERRANO, Pascual. Democracia e liberdade de imprensa. In: MORAES, D.; RAMONET, I.; SERRANO, P. (org.). **Mídia, poder e contrapoder: da concentração monopólica à democratização da informação**. São Paulo: Boitempo, 2013, p. 71-82.

SILVA, Rodinei T. Institucionalismo Discursivo: la más nueva alternativa para estudios neo institucionalistas en ciencia política. **VI Jornadas de Jóvenes Investigadores**. Instituto de Investigaciones Gino Germani, Facultad de Ciencias Sociales, Universidad de Buenos Aires, 2011. Disponível em: <https://www.academica.org/000-093/172>. Acesso em: 20 mai. 2022.

SODRÉ, Nelson W. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

WESTRUP, Ana C.; MELO, Paulo V. Experiência de regulação da mídia na América Latina e apontamento para o caso brasileiro. **XII Congreso de la Asociación Latinoamericana de investigadores de la Comunicación (ALAIC)**. Lima (Peru), 2014. Disponível em: <https://congreso.pucp.edu.pe/alaic2014/wp-content/uploads/2013/09/GT6-Westrup-Melo.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2022.